



ATA ORDINÁRIA Nº 2879/2021

1  
2 Aos vinte três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental  
3 – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO  
4 CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação  
5 da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e  
6 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença  
7 dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª  
8 Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira  
9 Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas  
10 (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação**  
11 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva  
12 Henrique (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
13 **Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente),  
14 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva  
15 Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana –**  
16 **SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Governança**  
17 **Local. CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular),  
18 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular),  
19 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires  
20 Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer  
21 (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio  
22 Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**  
23 **CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil –**  
24 **IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
25 **Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos**  
26 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato**  
27 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular),  
28 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. CONSELHEIROS DA**  
29 **SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de**  
30 **Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de**  
31 **Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região**  
32 **de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de**  
33 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de**  
34 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),  
35 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de**  
36 **Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de**  
37 **Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular),  
38 **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**  
39 **Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca  
40 Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys**  
41 **Graphen. PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 Atas: 2867, 2868, 2869 e 2870; 3.  
42 **Comunicações**; 4. **Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor  
43 Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min. 1. **ABERTURA. Germano Bremm,**  
44 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**  
45



46 **SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h08min,  
47 temos *quorum*. Então, declaramos oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do  
48 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Desejo uma excelente noite  
49 de trabalho, de debates, de construção, de ideias, amadurecimento e boas entregas para a  
50 Cidade de Porto Alegre. Eu enquanto faço a consulta aqui dos presentes, peço que quem  
51 tem interesse em fazer o uso do período de comunicação, por favor, faça a inscrição no  
52 chat. Eu vou aqui rapidamente retomar as pessoas presentes. (Listagem dos presentes na  
53 inicial). Se, porventura, eu não chamei alguém pode anunciar ali no chat ou conforme vai  
54 ingressando a gente vai registrando a presença. Não sei se temos inscritos para o período  
55 de comunicação. Conselheira Maristela, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Felisberto,  
56 Conselheiro Vaneska, Conselheiro Hermes e Conselheira Claudete. Consulto se não  
57 temos mais inscritos? Em não havendo mais inscrito encerro o período de Comunicação e  
58 abro a palavra de imediato para a Conselheira Maristela. **3. COMUNICAÇÕES. Maristela**  
59 **Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos.  
60 Boa noite, Secretário. Eu gostaria, rapidamente, não ficaria tranquila se no início desta  
61 reunião eu não retomasse a discussão calorosa que nós tivemos na última reunião. Até  
62 porque eu gostaria que ficasse registrado nos autos que não se confundam determinadas  
63 posições com determinado conceito que nós temos de vida. Eu moro na periferia, sempre  
64 fui lutadora dos movimentos sociais, mas eu também não sou nenhuma ingênua, também  
65 sei que problemas nós temos em todos os segmentos. Infelizmente, o movimento  
66 comunitário, em especial, os movimentos na periferia, nós há muitos e muitos anos, e eu  
67 moro numa região que tem esse problema, que é da questão da clandestinidade, dos  
68 loteamentos irregulares e principalmente da grilagem. São conceitos que vêm de muito  
69 tempo e que, infelizmente está no DNA de muitas pessoas, inclusive, do movimento aos  
70 quais a gente lutou a vida toda. Eu falei especificamente sobre algumas questões de  
71 ocupações que eu ajudei a fazer nessa cidade, não só na cidade, tenho orgulho disso. E lá  
72 nós sempre lutamos para que ficasse estabelecido e pudéssemos depois, se não chegar  
73 ao ideal, termos a nossa cidade também, assim como o Brasil não foi descoberto. Eu sou  
74 uma cientista política, sou uma antropóloga, tenho conhecimento histórico e científico para  
75 falar sobre isso, que o Brasil não foi descoberto, ele foi invadido. Nós fizemos muitas  
76 ocupações, infelizmente, muitas ocupações também tiveram grilagem, tiveram ocupações  
77 onde deveria ser a área da praça, a área do posto de saúde, da escola. Então, eu quero  
78 dizer que o que vem como exemplo de cima é uma coisa muito ruim. O que eu quero dizer  
79 com isso, é que quando eu faço uma votação, que eu tenho convicção, quando é a  
80 questão do Sport Club Internacional, eu não quero ser confundida com aquelas pessoas  
81 que tem outra visão de sociedade, no geral da sociedade, seja de Porto Alegre, seja o que  
82 for. Lutamos muito pelo estatuto da cidade, a questão aqui do projeto que da Lomba do  
83 Pinheiro, que é o primeiro do Brasil, que é o Consorciado Lomba do Pinheiro. Então, eu  
84 precisava colocar isso para que não seja confundido e não esteja na boca das pessoas  
85 como algo assim, que eu tomei outro rumo da minha vida, porque isso eu não faço, eu  
86 tenho consciência, mas nós somos pessoas que sentamos e conversamos. E, também,  
87 quando tivermos que fazer uma desobediência civil não tem problema, o Brasil está  
88 precisando um pouco disso. A situação que nós estamos vivendo é muito grave. E eu  
89 queria só terminar minha fala dizendo o seguinte, solicitando a Patrícia que nós  
90 precisamos urgente da agenda que eu solicitei com ela, da nossa questão da Macro 10, lá  
91 na rua da comunidade, para irmos junto com empreendedor lá para vermos determinada  
92 situação. Eu quero agradecer, Secretário, pelo espaço que nós temos de comunicação,



93 que não é uma questão de uma sala de Psicologia, é de uma convicção de  
94 posicionamento. Sempre que eu tiver que votar para uma cidade com o desenvolvimento  
95 que eu achar que for interessante, eu vou votar e quando não for eu não vou votar. Então,  
96 eu queria deixar registrada a minha fala. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região**  
97 **de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente e Conselho.  
98 Presidente, quero fazer um registro, todos sabem que Porto Alegre está hoje convivendo  
99 com a bandeira preta da Covid, mas estão sendo aplicadas restrições para a bandeira  
100 vermelha. Então, nesta segunda-feira, dia 22, em reunião do Governo do Estado com o  
101 Prefeito, o nosso Prefeito Sebastião melo pediu para deixar fora desse decreto, onde está  
102 aplicando severas restrições, deixar fora as creches comunitárias de educação infantil de  
103 Porto Alegre, alegando que esse serviço é essencial, que as crianças precisam se  
104 alimentar nas creches. Então, a minha indignação é que o Prefeito não está se  
105 preocupando com os professores da educação, educação que atende essas crianças na  
106 rede conveniada, não é da rede municipal de ensino. Nós sabemos que tem umas 209  
107 instituições em Porto Alegre que atende a educação infantil, em torno de 23 mil crianças,  
108 que dá em torno de 1400 profissionais, são os que suportam o atendimento ao  
109 complemento à educação infantil de Porto Alegre. Então, estava previsto para abrir nesta  
110 segunda-feira, dia 22, e foi suspenso pela discussão do decreto do Governador. O  
111 interessante é que o Governador aceitou a solicitação do Prefeito e manteve escolas  
112 infantis, creches comunitárias fora das restrições. Então, sabemos que nós temos vacina,  
113 que os hospitais estão lotados, os postos de saúde não estão atendendo, mas o Prefeito e  
114 a Secretária de Educação chegaram a este absurdo de autorizarem a abertura das  
115 creches. E o vírus da Covid cada vez mais agressivo. Então, fique esse registro, Porto  
116 Alegre não está na bandeira vermelha, está na bandeira preta e nós estamos expondo  
117 crianças e profissionais da educação sem vacina, sem nenhum respaldo do município, sem  
118 nenhum respaldo da Secretaria da Saúde. Todos querem trabalhar segunda-feira, todos a  
119 postos, dia 1º de março todos estarão atendendo crianças. Fica o registro e a indignação,  
120 porque nós também trabalhamos nessa área de educação e sabemos o que é o  
121 compromisso no atendimento da criança, mas sabemos que não é o momento para expor  
122 vidas, precisamos proteger essas vidas e profissionais. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi**  
123 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Secretário. Boa  
124 noite a todas de todos. É novamente um prazer participar da reunião do CMDUA. Em  
125 primeiro lugar eu queria fazer um agradecimento em nome da comunidade Vila Maria pelo  
126 empenho do Diretor do DEMHAB, Secretário da Habitação e Regularização Fundiária para  
127 tentar resolver o problema da ocupação desde 2014, ali atrás do Zaffari, em uma área do  
128 INSS. Então, eu queria fazer primeiro um agradecimento pelo empenho, da presença do  
129 Secretário e a sua disposição em viabilizar a concretização da permanência daquelas  
130 famílias. Em segundo lugar, queria tocar um pouco no que o Adroaldo fala, mas por outro  
131 enfoque. Eu entendo que é importante que o Prefeito leve em consideração, antes de abrir  
132 o comércio deve se levar em conta a capacidade de vacinação da população. Então, é  
133 fundamental que ele pressione o governo estadual, que tem 1,5 bilhão para viabilizar a  
134 compra de vacina e não se vê nenhuma posição do governador nesse sentido, tanto que  
135 foi uma forma de se aprovar um projeto de lei do Governo do Estado, exatamente  
136 garantido 1,5 bilhão para compra a compra de vacinas. Então, é importante que o Prefeito  
137 também, em nome da cidade se preocupe em vacinar a população. É fundamental para  
138 que a gente tenha um controle dessa doença, dessa pandemia e desse vírus. Por outro  
139 lado, eu gostaria que em uma oportunidade a gente conhecesse a Secretária Adjunto,



140 porque até agora não se fez presente. Então, queria solicitar a presença da Secretária, até  
141 para ver qual é posicionamento dela em relação à cidade. Era isso. Obrigado. **Vaneska**  
142 **Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
143 **Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Eu acredito que não com frequência me manifesto  
144 no período das Comunicações, mas as últimas reuniões me provocaram formas que eu  
145 acho importante ter um posicionamento. Primeiramente, só colocar uma questão que  
146 acredito que é de conhecimento de todos, a complexidade que envolve o planejamento  
147 urbano, a questão de estruturar ambientes urbanos que são complexos, que pela sua  
148 natureza tem que envolver aspectos do ambiente natural, do ambiente antrópico, nós  
149 temos aí os temas da habitação que são recorrentes, os temas de mobilidade, sistemas de  
150 infraestrutura, os temas de conforto e tudo isso demanda equipes multidisciplinares  
151 capazes de fazer essas correlações. No cenário do Brasil, além disso, a gente também tem  
152 que analisar tudo isso sob a ótica do direito administrativo, direito de propriedade, do  
153 próprio direito autoral, dos autores dos projetos que estão sendo analisados, a questão do  
154 próprio direito civil. E o papel dos agentes que estão envolvidos com a implementação da  
155 política urbana, e daí eu falo em nome dos agentes dentro do executivo municipal, que  
156 trabalham de forma bastante intensa nessa situação, têm que compatibilizar esses fatores,  
157 assumindo compromissos no esforço de fazer com que a gente consiga promover a  
158 qualidade de vida no meio urbano, que é o que preconiza o nosso Plano Diretor e é o que  
159 está estabelecido no estatuto da cidade. No Plano Diretor de Porto Alegre os projetos  
160 especiais que são tão debatidos aqui no conselho são fundamentais também nesse  
161 debate. E daí, nesse aspecto, com frequência, nós somos questionados aqui em duas  
162 frentes, que dentro da minha concepção são incompatíveis. Por quê? Se por um lado nós  
163 temos uma reação negativa, toda vez que são feitos movimentos no sentido de  
164 regulamentar e de estabelecer soluções que possam qualificar através de critérios a  
165 atuação do planejamento urbano, ao mesmo tempo em que essas ações são ditas como  
166 ações inadequadas por estarem sendo pensadas de forma anterior à revisão do plano, a  
167 gente também é cobrado por não aplicar critérios, que como não estão previstos na  
168 legislação também nos deixam de mãos atadas muitas vezes para poder estabelecer essa  
169 qualificação dos processos que estão em andamento. Nós os técnicos do executivo  
170 municipal, a gente atua em consonância com a base legal que existe, e enquanto  
171 planejamento, daí me atrevo a dizer, que a gente tem que atuar, inclusive, de forma  
172 constante e permanente para que essas bases legais possam estar de acordo com as  
173 diretrizes que nós colocamos lá no nosso Plano Diretor, que foi o nosso pacto, ainda é o  
174 nosso pacto enquanto sociedade, a partir do momento que ainda não foi revisada. E nesse  
175 sentido também, nós como técnicos que estudamos, que pesquisamos, que buscamos  
176 qualificação constante para atender a demanda da população, em última instância a  
177 efetiva realização da função social da propriedade, a gente se sente constantemente  
178 questionado na nossa integridade. Aí eu vou dizer a nossa integridade tanto moral quanto  
179 técnica neste Conselho. Um exemplo disso são questionamentos que colocam a nossa  
180 qualificação técnica muitas vezes em cheque, sendo que muitos de nós temos  
181 especialização, temos pós-graduação nas áreas de atuação e com certeza gostaríamos de  
182 levar o debate sobre esses temas. Quando a gente ouve manifestações contrárias, por  
183 exemplo, a ações que estão sendo pensadas no Centro Histórico, nós ficamos surpresos  
184 que tenha qualquer apelo que de certa forma é conivente com a situação que esse  
185 território hoje se encontra no Município de Porto Alegre, em que se entende que nos  
186 últimos 40 anos, do estudo que foi feito a gente ainda pode aguardar. Isso me causa uma



187 preocupação, que acredito que deve ser uma preocupação compartilhada pelos  
188 conselheiros. Outra questão importante de pontuar é que quando nas reuniões se fala que  
189 existem informações ocultas nas apresentações, o que está se fazendo é uma acusação,  
190 no meu ponto de vista está se acusando a equipe, sendo que a gente traz as  
191 apresentações como forma de qualificar o debate, dar visibilidade para o que está nos  
192 processos. E, neste contexto, a gente organiza, mas não cria conteúdo. Isso tem que ficar  
193 bastante claro. (Sinalização de tempo esgotado). Então, só fazendo um apelo para que  
194 esse debate possa correr da melhor forma para a nossa cidade, só queria abordar esses  
195 pontos. Eu não falo tanto, mas hoje eu achei importante colocar essas questões. Obrigada.

196 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
197 **Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e a todas. Eu vou até fazer uma  
198 consideração a Vaneska, eu respeito muito o trabalho dela e dos colegas, mas quando se  
199 fala nas apresentações se fala no que fica oculto, não o que foi criado. E, normalmente,  
200 situações muito importantes na descrição de um processo. Mas o que eu queria dizer, eu  
201 faço das minhas palavras as palavras do Conselheiro Adroaldo. Eu me lembro até do  
202 Paulo Jorge, nosso querido Paulo Jorge fazendo um apelo e o conselho ouve, embora seja  
203 um conselho de desenvolvimento urbano, de planejamento urbano, tem uma capacidade  
204 através do seu Secretário de influenciar o nosso Prefeito. Então, eu acredito que isto  
205 poderia ser levado pela importância do tema do coronavírus. E agora, Secretário,  
206 desculpe-me um pouco pela ironia, mas, às vezes, a ironia é o único jeito de se tratar  
207 alguns temas. O que eu pedi a palavra também é porque nós temos seis, isso é recorrente,  
208 já foi falado várias vezes, mas nós temos seis processos que provavelmente também estão  
209 com coronavírus, eles estão em quarentena há muito tempo e é injustificável que outros  
210 processos andem que nem um MIG, na velocidade da luz, e alguns processos andem na  
211 velocidade de uma carroça de bois com roda de madeira. Desculpe a ironia, mas o  
212 privilegiamento de algumas situações chega ser, assim, as raias do que não se possa  
213 imaginar. Então, Secretário, o senhor ficou de nos dar um retorno, aí o retorno é que estão  
214 vendo, estão vendo. Tem processos desde junho que estão aguardando um parecer de  
215 um, um parecer da PGM, e tem outros que entraram em novembro, dezembro do ano  
216 passado e já foram aprovados. Eu acho que deveria ter uma equidade, o mesmo  
217 tratamento para todos os processos, inclusive, a maioria desses, eu estou falando é de  
218 interesse do governo, são gravames, são coisas assim. Parece que o setor privado manda  
219 na Prefeitura. Eu não estou fazendo acusação para ninguém, eu estou constatando um  
220 fato, os processos que tratam de meia dúzia de empresas eles vão como um MIG, os  
221 outros andam de carroça. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**  
222 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. A minha manifestação é  
223 simples, só não posso deixar de registrar. Assim, Vaneska, eu acho importante a tua  
224 manifestação, mas eu acho que aqui nunca ninguém fez acusação ou se direcionou a  
225 capacidade dos técnicos. O que se questiona muitas vezes é a falta de transparência, a  
226 falta de informação ou uma apresentação que acaba prejudicando o completo  
227 entendimento da causa que está sendo proposta. E eu acho que esse é o nosso papel, o  
228 nosso papel é criticar para construir, senão fosse assim nós não teríamos função aqui. Eu  
229 pedi, na verdade, as comunicações, só para solicitar, a Secretária solicitou em um e-mail,  
230 dizendo que eu não havia encaminhado alguns pareceres. Eu respondi a ela, mas não tive  
231 retorno, não sei nem se ela recebeu o e-mail. Aproveitei também a oportunidade para  
232 perguntar por que nós não recebemos o acesso ao sistema para incluir os nossos  
233 pareceres, como determina, né. E também gostaria de verificar quantos processos nós



234 temos no CMDUA que não tenham sido distribuídos ainda? Obrigada. **Germano Bremm,**  
235 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**  
236 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Claudete, pela manifestação. Então, antes da gente  
237 entrar, efetivamente, nos nossos processos em pauta, gostaria só de esclarecer aqui ao  
238 Conselheiro Hermes... Indo de trás para frente, com relação aos processos parados,  
239 avaliando esses processos, são todos processos de autoria do próprio Município de Porto  
240 Alegre. Então, a gente tem uma discricionariedade maior do ponto de vista de prestar  
241 aqueles esclarecimentos, porque é nosso interesse em fazer alteração e a partir das  
242 questões levantadas a própria equipe pode estar reavaliando as questões, são gravames,  
243 é uma prerrogativa do município, que tem que se encaminhar ao Conselho, seguindo todo  
244 um processo legal. Então, naturalmente, certamente, isso acaba que afetando um  
245 pouquinho ali nos prazos de retorno. O município a partir que vai tendo essas respostas  
246 que são demandadas com relação a esses gravames, vai devolver esses expedientes sem  
247 dúvida. Em relação à Conselheira Claudete, já lhe esclareço, Conselheira, que não tem  
248 previsão regimental ou que se junte e anexe documentos no processo SEI. A única  
249 possibilidade que se tem é a assinatura que não está implementada ainda e que a reunião  
250 é pública, o debate é público, gravada, transmitida ao vivo. Então, todas as manifestações  
251 dos conselheiros, além de serem depois degravadas nas atas, são públicas e todos têm  
252 acesso. Então, esse ponto eu sei que a senhora sempre comenta, mas já está aqui por  
253 mim esclarecido e não vai haver possibilidade de juntar documentos. A gente segue a  
254 ordem da senhora enviar os documentos para a Secretária Executiva por e-mail, que a  
255 Secretária Executiva junta, anexa no processo SEI como todos os conselheiros fazem a  
256 partir do momento que encaminham a sua documentação. Outro que eu gostaria de  
257 esclarecer com relação à Conselheira Maristela, o governo está tentando estruturar o  
258 escritório de fiscalização para fortalecer esse trabalho importante, a atuação, investir em  
259 novas tecnologias, ter uma unidade entre as diversas secretarias, a fiscalização para cada  
260 vez mais atuar no sentido de monitorar esse tipo de atividade, proteger tanto o meio  
261 ambiente, as invasões. Então, tomara que a gente consiga ao longo do governo trabalhar  
262 este ponto. Por fim, gostaria de saudar a manifestação especial da Conselheira Vaneska,  
263 que representa a Secretaria, é um excelente quadro técnico e gostaria, em nome da  
264 gestão, do governo da Cidade, de em teu nome parabenizar o trabalho que a equipe faz.  
265 Eu sei, mais do que ninguém, quanto essa equipe se dedica para fazer a diferença para  
266 construir soluções para a cidade, para fazer essa ponderação típica do urbanismo, das  
267 mais diversas demandas, tem que fazer esse equilíbrio. Então, quando o processo chega  
268 aqui para a discussão, ele passou por uma ampla discussão técnica, debates, por muitas  
269 vezes opiniões distintas. Faz parte do processo da construção do processo que a gente  
270 tenha essas várias validações, essas várias instâncias nessa discussão de cidade por  
271 muitas vezes. Quando sai do âmbito da comissão e chega aqui para este Conselho a  
272 gente tem o posicionamento da gestão, posicionamento da administração pública, com os  
273 pareceres técnicos fundamentando aquele posicionamento. Então, é natural que a equipe  
274 técnica queira, e a gestão, a aprovação dos empreendimentos que cheguem aqui. A gente  
275 fez essa avaliação do ponto de vista técnico, a administração chancelou e vem para a  
276 discussão deste Conselho. E tranquilizar a equipe, que por muitas vezes sofre algumas  
277 pressões, natural que aqui no plenário, no âmbito da discussão, que a gente tenha  
278 manifestações diversas e que sejam duros os posicionamentos às vezes de conselheiros  
279 que não convergem no mesmo entendimento, né. Eles são representantes também da  
280 sociedade, têm um mandato político e se manifestam das mais diversas formas. O



281 importante eu acho que é a gente sempre manter o equilíbrio, o respeito pelo trabalho  
282 técnico, que é excelente, que nos traz essa clareza para os mais diversos  
283 posicionamentos. Acima de tudo, a gente tem que sempre manter o respeito, o  
284 posicionamento, a visão divergente que, porventura, possa se ter. Então, é da democracia,  
285 não se assustem, porque aqui às vezes tem essas manifestações difíceis, eu mesmo, por  
286 muitas vezes, ouço uma série de situações e eu peço, apelo aos conselheiros para sempre  
287 terem esse equilíbrio, esse respeito às posições diversas aqui, para gente ter um processo  
288 democrático após a discussão, que por muitas vezes é calorosa, debates, a gente fica  
289 bastante envolvido, mas ao final o processo vai ser aprovado, as posições vão estar  
290 registradas e cumprir a democracia com a participação dessas mais diversas visões da  
291 sociedade. Então, nesse sentido eu mais uma vez parableno o trabalho sempre muito  
292 técnico de toda a equipe na tua pessoa e os demais conselheiros das secretarias que  
293 estão aqui na toda terça-feira à noite, defendendo o melhor para a cidade. Nesse sentido,  
294 então, Senhores Conselheiros, a gente avança. Temos Questão de Ordem da Conselheira  
295 Vaneska e Conselheiro Felisberto. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria  
296 Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Desculpa se não couber  
297 assim. Eu entendi que cabia, porque como foi questionada a questão dos processos, só  
298 esclarecendo o que o Secretário mencionou, alguns dos processos que vêm ao Conselho,  
299 que fazem parte de gravames viários, dando um dos exemplos, eles estão sendo revistos  
300 enquanto procedimentos. Nós verificamos através do planejamento, muitos conselheiros  
301 se manifestaram em gravames que incidiam sobre ocupações, sobre áreas que estavam  
302 ocupadas com atividade residencial, criando conflitos de entendimento, de não sentir que  
303 existia segurança dessa população que estava nesses locais, com relação a esses  
304 gravames. Então, a gente está revisando esses procedimentos dentro do planejamento.  
305 Então, por isso, muitos desses processos estão de certa forma não tão represados, mas  
306 estão ao mesmo tempo, porque está sendo revista essa questão dos procedimentos.  
307 Então, só para auxiliar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de  
308 Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem, eu peço que os técnicos da  
309 Prefeitura levem em consideração a cidade real e muitas vezes tem empreendimentos que  
310 vão afetar comunidade já estabelecida. Hoje mesmo nós vamos analisar um processo, mas  
311 parece que é só aprovação de EVU. Não, isso implica muitas vezes em prejudicar famílias  
312 que têm direitos violados e que muitas vezes passam despercebidas, não sei se por falta  
313 de conhecimento técnico, no aspecto humano, no aspecto jurídico, nos aspectos sociais,  
314 antropológicos e conhecimento também do que significa o quilombo. Então, é necessária a  
315 nossa formação diária e de conhecimento. Não basta o conhecimento técnico de que é  
316 viável o projeto, é necessário que a gente também tenha um conhecimento. E a Questão  
317 de Ordem, que o Gomes sempre é o policial do Conselho, né... (Sinalização de tempo  
318 esgotado). Então, eu fico assim, ele gosta de atrapalhar o raciocínio, parece que ele é o  
319 xerife, mas ele não me intimida. Então, era isso, a Questão de Ordem é que se propicie a  
320 participação dos conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de  
321 Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro  
322 Felisberto. É importante a Questão de Ordem, sei que os temas são importantes,  
323 acabamos deixando a Vaneska se manifestar, uma Questão, aí o Conselheiro Felisberto  
324 trouxe outro ponto, mas vamos avançando na nossa pauta. Perfeito, então, Senhores  
325 Conselheiros, passamos para: **4. ORDEM DO DIA: ITEM 4.6 – EXPEDIENTE  
326 19.0.000110850-9, INTERESSADO: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.** A gente tem o  
327 reato da RGP 3. Antes, consulto a Equipe de Planejamento para nos trazer a apresentação



328 do que se trata o expediente, para nos lembrar. Na sequência passo a palavra ao  
329 relator. É a Maria Paula hoje? Olá! **Maria Paula Ludke Regal, Equipe de**  
330 **Planejamento/SMAMUS:** Tudo bem, Secretário? Boa noite a todos. O processo que trata  
331 do gravame é o 19.0.000110850-9. Aqui a gente tem a ilustração das etapas, parecer  
332 técnico e adequações. O assunto é um ajuste de gravame de traçado em área verde. O  
333 Beco Cinco, Rua Amapá. O Beco Cinco está localizado no Bairro Vila Nova, dentro da  
334 RGP 6 aqui a localização do Beco Cinco (*slide*), que se conecta a Rua Líder Comunitário  
335 João da Silva, através do terreno que está em análise. A gente destacou o beco com uma  
336 faixa vermelha. A demanda de alteração de gravame teve início no Processo SEI  
337 16.0.00036232-1, onde consta a intenção da comunidade de transformar o terreno, que é  
338 próprio municipal em via pública. Conforme os relatos que constam no processo esse  
339 terreno não recebia manutenção, tendo capim alto, esgoto a céu aberto e depósito de lixo.  
340 Quanto à justificativa para a proposta de gravame se aponta a vontade da comunidade em  
341 transformar o terreno em via pública, sendo contrária ao cercamento da área, uma vez que  
342 o terreno é utilizado para deslocamentos entre o Beco Cinco e a Rua Líder Comunitário  
343 João da Silva. A SETAPS emitiu parecer favorável ao gravame viário, sobre a área  
344 originalmente destinada a equipamento comunitário, uma vez que ele não tem medidas  
345 mínimas necessárias para a implantação de saúde e educação. Ainda, como justificativa  
346 técnica, apontou-se necessidade de deslocamento e melhora da mobilidade dos  
347 moradores do beco, facilitando a circulação local. E aqui no nosso *slide* tem os Anexos I e  
348 II, que acompanha a minuta de resolução, onde a gente consegue observar a proposta de  
349 gravame viário e de área verde. E aqui, do ponto de vista jurídico, o processo teve parecer  
350 favorável da PGM. Quanto ao fluxo do processo no CMDUA, no dia 19 de janeiro ocorreu a  
351 apresentação do Conselho, o parecer favorável e os pedidos de vista. No dia 09 de  
352 fevereiro ocorreram os relatos de vista. É isso. Obrigada! **Germano Bremm, Presidente e**  
353 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**  
354 Obrigada, Maria Paula, pela apresentação retomando o expediente. Então, na sequência,  
355 a gente tem o relato de vista. Este é um relato feito pela RGP 3, no dia 19/01, foi feito o  
356 **PARECER FAVORÁVEL.** Consulto o relator se quer retomar o assunto, algum  
357 esclarecimento? Senão já passo para aos relatos de vista. Jackson, alguma observação  
358 agora sobre o ponto? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de**  
359 **Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas, Presidente. Não, eu acho  
360 que está muito esclarecido com a apresentação, que é a segunda apresentação que se  
361 faz. É um processo simples no entendimento, especialmente porque veio como demanda  
362 da comunidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo,**  
363 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro Jackson. Então,  
364 consulto o Conselheiro Gomes se vai fazer relato de vista? **Luiz Antônio Marques Gomes**  
365 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, boa noite.  
366 Conselheiros, boa noite. A gente fez uma visita ao local, porque é uma demanda bastante  
367 antiga. Ficou um terreno e a comunidade nunca entendeu direito o que era, a gente sabe  
368 que é um dos terrenos oriundos de doações obrigatórias e tal. E como falou a colega que  
369 fez o resumo, ele não tem dimensões nem para brigar uma escola, não tem dimensões ou  
370 interesse para fazer um posto de saúde. Bom, o parecer de vista é o seguinte: **ASSUNTO:**  
371 *Alteração de gravame do prolongamento do Beco Cinco Rua AMAPÁ até a Rua Líder*  
372 *Comunitário João da Silva, localizado na UEU 012 da Macrozona 5, bairro Vila Nova,*  
373 *Região de Planejamento 6. O Beco 5 que desce da Rua Amapá tem um gabarito de 8*  
374 *metros e termina em um Próprio Municipal que por sua vez tem testada com a Rua Líder*



375 *Comunitário João da Silva. A bastante tempo a população local (beco 5) e das*  
376 *proximidades reclama nos diversos fóruns uma atitude do município com esse local. Estive*  
377 *visitando o local acompanhado pelo Conselheiro do OP, falando com moradores e*  
378 *vizinhança. Esse imóvel do Município transformou-se em depósito de lixo e via alternativa*  
379 *para que os moradores do beco cinco acessem a Rua Líder Comunitário João da Silva,*  
380 *típico caso de bens públicos de dimensões pequenas onde o poder público não consegue*  
381 *nem ocupar nem preservar. Percebe-se também tentativas de invasão com “esqueleto” de*  
382 *construção. A Comunidade imediata que é a do beco cinco, tem como sonho a abertura*  
383 *dessa via, o que este expediente vai possibilitar, mas ainda fica uma grande preocupação*  
384 *que é a ocupação do restante da área, em torno de 60% do existente, área residual*  
385 *considerável. Se o Município não tomar uma atitude, continuará a ser depósito de lixo e*  
386 *objeto do desejo de moradores carentes. Acompanho a indicação de Voto do Conselheiro*  
387 *Relator. FAVORÁVEL. Eu deixo o alerta para a administração de que o problema se*  
388 *resolve em partes, de poder entrar em um programa comunitário, algum programa da*  
389 *Prefeitura para fazer esse trecho de pavimentado ali, para ficar qualificado, como é o Beco*  
390 *Cinco e como vai chegar na rua vizinha, mas um espaço vazio, que é um atentado à*  
391 *invasão. Tu olhas e – Pô, o que vamos fazer com isso? Então, Secretário Germano, talvez*  
392 *a SMAMS possa dar alguma solução, porque é uma pequena área para fazer uma*  
393 *pequena área de recreação, botar algum equipamento recreativo, para crianças e tal.*  
394 *Então, a RGP 6 é favorável, acompanhando o parecer do relator. Obrigado. Germano*  
395 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
396 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelo relato de vista. Na  
397 sequência eu consulto o Conselheiro Mark se vai fazer o relato de vista? **Mark Ramos**  
398 **Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:**  
399 Sim, vou fazer um relato de vista, Presidente. Eu vou passar a ler meus apontamentos.  
400 Sempre levando em conta isso que o Conselheiro Gomes falou, que a Conselheira  
401 Vaneska também comentou, a questão do respeito que nós mantemos aqui nas nossas  
402 reuniões, que é muito importante. E eu trabalho com informação, não tive a oportunidade,  
403 como o Conselheiro Gomes relatou agora, de realizar uma visita ao imóvel, aquela área.  
404 Inclusive, me não imaginava que havia uma área residual, assim como ele aponta, que é  
405 uma observação importante e que dentro do processo até o momento isso não estava  
406 consignado. Eu vou ler, então, as minhas anotações: *Iniciei minha leitura desta*  
407 *documentação pelo parecer do Colega Conselheiro Jackson, Representante da RGP 3,*  
408 *que cita a PGM, Nota Técnica 358/2020, há referências às solicitações da comunidade*  
409 *local. É citado o Ministério Público Estadual, a Promotoria de Justiça, Habitação, Defesa de*  
410 *Ordem Urbanística e a PGM informa que visa atender uma demanda do MPE. Vistoriei*  
411 *toda a documentação oferecida para exame e não encontrei o pedido formulado pela*  
412 *comunidade, assim como não encontrei o Inquérito Civil do MPE, que é mencionado.*  
413 *Considero que os dois documentos são essenciais para a formação de um correto juízo*  
414 *acerca do assunto. Não trabalho nesse tema em meu dia a dia e se ocorrem citações a*  
415 *documentos, estes deveriam estar disponíveis para análise. Eu lamento realmente que isso*  
416 *não esteja integrado ao processo que nós fomos examinar. (Segue): Percorrendo o*  
417 *processo vi que a SMDE solicitou alteração do gravame em 12.09.2019, assinou o Sr. Artur*  
418 *Ribas, Gestor. Depois Maria Paula Ludke Regal, Técnica Responsável, em 07.10.2019*  
419 *solicita à EPTC e SMAMS, análise da proposta de alteração de gravame. A EPTC*  
420 *manifestou acordo no dia 16.12.2019, assina o Sr. Julio Cezar Miranda, Técnico*  
421 *Responsável. A SMDE encaminha para SMAMS em 04.09.2020, assina Gisele Coelho*



422 *Vargas, Supervisora, e encaminha ao CMDUA. A Patrícia Silva Tschoepke, Diretora Geral,*  
423 *em 27.11.2020, encaminhou o processo que foi distribuído para a RGP 3 em 16.12.2020.*  
424 *Constatei que muitos funcionários da PMPA participaram de fases desse processo,*  
425 *aprovando-as, e como tem familiaridade com as questões não requerem tais documentos.*  
426 *Percebo também que muitas vezes esses mesmos funcionários atuam como*  
427 *Conselheiros/Conselheiras do CMDUA, votando favorável ao que já iniciaram/operaram*  
428 *antes. Meu Relato de Vista: **VOTO CONTRÁRIO**, pois não disponho de elementos*  
429 *importantes. Com o acesso pleno e o melhor entendimento posso alterar minha posição.*  
430 *Sessão do dia 23 de fevereiro de 2021. Era esse o meu relato, Secretário. **Germano***  
431 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
432 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela manifestação, seu  
433 posicionamento. Então, Senhores Conselheiros, superados os momentos de relato, vista, a  
434 apresentação da Empresa de Planejamento, eu encaminho o presente expediente para  
435 debate. Consulto se temos conselheiros inscritos para debater o presente processo ou  
436 podemos encaminhar para votação? Conselheiro Dal Molin. Mais algum inscrito?  
437 Conselheira Claudete. Mais algum conselho inscrito? Não havendo mais inscritos encerro  
438 a inscrição para o debate. Conselheiro Felisberto inscrito Então, encerro a inscrição para o  
439 debate e abro a palavra para o Conselheiro Dal Molin, 2 minutos. **DEBATE DO**  
440 **EXPEDIENTE: Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção**  
441 **Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu gostaria só de chamar atenção sobre esse  
442 processo, que é um processo desgravame de uma área a pedido de uma comunidade.  
443 Então, infelizmente, a gente tem que se ater a essa parte legalista, que a gente tem que  
444 atender ou não um desgravame de um traçado ou gravame de um traçado sem se  
445 importar, porque o processo também não nos permite saber o que vai acontecer com o  
446 espaço residual, que muito bem o Arquiteto Chico Gomes falou no seu relato, que vai  
447 sobrar um espaço que seria interessante que a SMAMS fizesse um *playground*, alguma  
448 coisa. É aquela coisa que a gente chama de “desenho urbano”, que se não está previsto  
449 no Plano Diretor, se não está em nenhuma regra e tal, como muitas vezes a gente tem no  
450 nosso Plano Diretor larguras de vias e tal, a Prefeitura começou também a adotar a  
451 questão de fachadas ativas há pouco tempo e se preocupando um pouco mais com essa  
452 questão da cidade. Então, não sei se é do âmbito da SMAMS incluir também nesta parte  
453 essa solução do espaço residual que fica, para que não seja simplesmente resolver um  
454 problema em parte, porque a outra parte que sobra pode ser invadida, pode virar depósito  
455 de lixo, pode virar qualquer coisa. Entendeu? Então, o Arquiteto Chico Gomes tem toda  
456 razão, que a gente tem que se preocupar um pouquinho mais com essa questão do  
457 desenho urbano nesse local. Então, fica o meu apelo que se não tem a diretriz, se não tem  
458 alguma coisa no Plano Diretor que estabeleça, apelar para a Secretaria do Meio Ambiente,  
459 Urbanismo e Sustentabilidade, que possa resolver o problema integralmente para essa  
460 comunidade. Muito obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**  
461 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, eu não posso deixar de ressaltar a  
462 importância do questionamento que o Conselheiro Mark traz, no sentido de que controle  
463 social nós exercemos se nós não temos o acesso à informação? Em que pese o Secretário  
464 diria que assim, como sempre ocorre, que nós temos a Secretaria, que está disponível,  
465 que pode dar vista ao processo, mas eu posso citar dois exemplos: o processo do  
466 Internacional, que levou mais de um ano para conseguir vista, porque ele simplesmente  
467 evaporou da nossa pauta e nós não sabíamos. E o expediente de EVU do Mato Sampaio,  
468 que a Conselheira Tânia vem há meses solicitando. Então, preocupa-nos isso, como tem



469 que ser tratado aqui dentro, que nós não temos acesso à informação. A segunda coisa que  
470 eu não posso deixar de colocar nesse processo é o tipo de planejamento que está sendo  
471 efetuado. Veja que essa área é uma área do poder público, que não tem função social  
472 nenhuma e que não é dado nenhum planejamento. E mesmo a proposta que é trazida  
473 aqui, veja-se que ela não é completa, ou seja, não existe um olhar público sobre a cidade.  
474 Como bem se ressaltava antes, parece que a gente tem muita preocupação com o privado,  
475 com os empreendimentos privados, mas o olhar do público está muito deficitário. E depois  
476 nós somos criticados porque nós invocamos isso e não quer dizer que os técnicos não  
477 sejam bons, quer dizer que está faltando gestão, está faltando planejamento. Há quantos  
478 anos esse terreno foi doado e não exerceu nenhuma função. E quando ele foi doado era  
479 apto para servir ao equipamento comunitário e agora ele não serve mais, ficam esses  
480 questionamentos. E, importante ainda colocar, que comunidade é essa que foi ouvida? Eu  
481 sei que aqui nós temos o representante da região, que é o Conselheiro Jackson, mas que  
482 comunidade é essa que tem que dispor sobre esse terreno? É apenas o beco ali do fundo  
483 ou é toda a comunidade? Seriam essas as minhas considerações e gostaria de  
484 esclarecimentos. Obrigada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de  
485 Planejamento Um – RGP. 1:** Eu peço escusas se eu cometi algum deslize no meu  
486 comentário, é porque eu não analisei com profundidade. Então, eu queria apenas alguns  
487 esclarecimentos. Esse acesso faz parte de um loteamento? Vai dar frente para algumas  
488 moradias? Qual é o estado, as matrículas dessa área? Muitas vezes a gente tem uma  
489 abertura, um loteamento feito irregularmente e depois se pede uma abertura de uma via,  
490 ou um desgravame, ou um gravame. Então, é isso, essa é a minha dúvida principal com  
491 relação se há matrícula e se houve, também como a Claudete e o Mark levantaram, qual a  
492 comunidade que foi ouvida? Então, são essas as ponderações, no sentido de como nós  
493 podemos ter um planejamento da cidade em que haja participação efetiva das pessoas.  
494 Então, é importante a gente ter acesso amplo e democrático dos processos. Era isso e  
495 obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio  
496 Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela  
497 manifestação. Na sequência a gente tem o Conselheiro Jackson, naturalmente, inscrito.  
498 Não sei se o conselheiro quer fazer alguma complementação? Em sendo o relator a gente  
499 inscreve, automaticamente, para falar por último. **Jackson Roberto Santa Helena de  
500 Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** O questionamento  
501 que o Mark fez eu também levantei com relação ao que o MP estava questionando, só que  
502 eu entendo que, certamente, talvez esse inquérito seja de sigilo ou não, enfim, entendo  
503 que deveria ter sido anexado desde o início do processo, lá onde o colega Artur abre o  
504 processo com um despacho. Eu reli todo o processo, e como em vista no local, até depois  
505 de ter feito o reato, porque tive questões profissionais para fazer na região, então, eu  
506 entendi que o meu relato permanece como favorável pelo o que eu vi lá. Lastimo não ter  
507 fotos aqui, porque eu não fiz para mostrar a vocês. Eu acho que a apresentação da colega  
508 foi muito clara e muito feliz já pela segunda vez. Era isso. Eu concordo com a Claudete  
509 também, acho que nós precisamos ter mais subsídios, talvez mais tempo. Essa questão do  
510 processo do Internacional é outra que chama atenção também, mas quando chegar na  
511 pauta a gente vai discutir melhor. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário  
512 Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,  
513 Conselheiro Relator. Então, feito o seu relato, manifestando-se favorável à aprovação do  
514 expediente. Nesse sentido, encerrados os debates, abro à votação do Item 4.6 da pauta,  
515 gravame de traçado viário, com relato favorável do Conselheiro representante da Região



516 de Planejamento 3. Consulto a representante do DEMHAB quando vota, favorável ou  
517 contrária ao parecer do relator? **VOTAÇÃO DO EXPEDIENTE: Lisiane Sartori**  
518 **Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:**  
519 **Favorável. Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de**  
520 **Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do**  
521 **Prefeito – GP: Favorável. Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual**  
522 **de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Carolina Wallau**  
523 **de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento**  
524 **Econômico – SMDE: Favorável. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria**  
525 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Gabriela da**  
526 **Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade**  
527 **Urbana – SMIM: Favorável. Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio**  
528 **Grande do Sul – UFRGS: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação**  
529 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Claudete Aires**  
530 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Abstenção.**  
531 **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**  
532 **AREA: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do**  
533 **Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**  
534 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Abstenção. Hermes de Assis Puricelli**  
535 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:**  
536 **Abstenção. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio**  
537 **Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das**  
538 **Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável. Mark Ramos Kuschick**  
539 **(Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Contrário**  
540 **(Relato de vista). Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
541 **Um – RGP. 1: Contrário. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de**  
542 **Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Jackson Roberto Santa Helena de Castro**  
543 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Relator – Parecer**  
544 **favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
545 **Quatro – RGP. 4: Contrária. Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de**  
546 **Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**  
547 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável (Relato de vista).**  
548 **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**  
549 **Favorável. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento**  
550 **Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de**  
551 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**  
552 **HOCDDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**  
553 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Temos 03 votos contrários,**  
554 **03 abstenções e 20 votos favoráveis. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO****  
555 ****GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO.** Então, o Item 4.7 está em diligência. Passamos ao**  
556 **ITEM 4.8: EXPEDIENTE 19.0.00066828-4 – CFL PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES,**  
557 **Estudo de Viabilidade Urbanística na Avenida Marechal Andréa, 350. O relato foi feito pela**  
558 **Conselheira Representante da Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo e a partir do**  
559 **relato tivemos solicitações de relatos de vista de 9 conselheiros. Então, certamente, o**  
560 **processo vai avançar bastante na pauta, não sei se a gente consegue vencer todos os**  
561 **relatos de vista na data de hoje, mas vamos inaugurar aqui, para que a gente retome o**



562 assunto do que se trata. Então, peço para Equipe do Planejamento fazer uma  
563 apresentação para nós e na sequência consulto a relatora. **Maria Paula Ludke Regal,**  
564 **Equipe de Planejamento/SMAMUS:** Então, a gente vai tratar do Processo SEI  
565 19.0.00066828-4. Ele trata de EVU, as etapas registradas são a solicitação, os pareceres  
566 e as adequações. O processo trata do Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º grau, que  
567 está localizado na Avenida Marechal Andrea, Rua 14 de Julho, Rua Frei Caneca, Rua  
568 Barão do Rio Branco, Rua Líbero Badaró e Av. Nilo Peçanha. O empreendimento está  
569 localizado na RGP 2, no Bairro Boa Vista. No terceiro mapa a gente indica o traçado viário  
570 existente antes, sobre a área da gleba. Aqui a gente apresenta a localização do terreno  
571 sobre um mapa de satélite e a prancha de implantação do projeto. A vista aérea da  
572 proposta também, modelo 3D. Aqui seguem listadas as secretarias que se manifestam com  
573 suas análises técnicas: SMDE, SMAMS, SMIM, SMED, SMS, PGM, SMC e SMF. Dentre as  
574 adequações solicitadas estão as da EPTC, que solicita a execução de traçado projetado e  
575 prolongamento da ciclovia até a Nilo Peçanha, além da compatibilização da sinalização  
576 viária e atendimento na legislação pertinente; ou seja, da Lei Complementar nº 626, que  
577 trata do Plano Diretor Cicloviário e da Resolução nº 02/2017. As adequações solicitadas  
578 pela SMAMS inclui a solicitação do projeto de arborização interna do empreendimento,  
579 memorial descritivo referente ao projeto da obra, que demonstra a configuração atual do  
580 terreno e soluções para consertos de acidentes de natureza geotécnica. Ainda nas  
581 adequações solicitadas pela SMAMS estão listadas a arborização da área de lazer,  
582 protocolar o projeto de praça após 30 dias da assinatura do trâmite do termo de  
583 compromisso. E deixa claro que a obra da praça deverá ser concluída antes da solicitação  
584 de Habite-se. Quanto ao pedido de adequação da SMDE, listas de condicionantes de  
585 aprovação do projeto, a atualização dos gravames do Plano Diretor e aprovação do projeto  
586 de ciclovia. O licenciamento do projeto fica condicionado à assinatura do termo de  
587 compromisso do reassentamento das famílias da Vila Caddie. A cada duplicação fica  
588 condicionada a execução de todos os passeios públicos, com os quais o imóvel faz frente.  
589 O DEMHAB vai acompanhar e orientar os processos de reassentamento através da  
590 compra assistida, que é o Programa Bônus Moradia, que será custeado pelo consórcio das  
591 empresas responsáveis pela implantação do empreendimento. Etapa de cadastramento  
592 prévio está em andamento. Ao CMDUA em 19 de janeiro, teve apresentação, parecer  
593 favorável e pedido de vista. No dia 09 de fevereiro apresentação do relato de vista.  
594 Obrigada pessoal. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo,**  
595 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado pela apresentação, Maria  
596 Paula, esclarecendo e relembrando do que se trata o assunto. Lembrando que o relato foi  
597 feito pela Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo. Eu consulto a relatora, Conselheira  
598 Vaneska... Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete, antes de passar para  
599 a relatora para nos retomar o tema. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**  
600 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Já precluiu, né, Secretário. Obrigada. **Germano**  
601 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
602 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Conselheiro Vaneska.  
603 **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
604 **Sustentabilidade – SMAMS:** Eu separei aqui algumas informações, revisando o relatório,  
605 que foi feito pela Conselheira Patrícia na última reunião do Conselho, foi bem extenso,  
606 abordando todas as informações técnicas que foram considerados na construção do  
607 processo. Como nós recebemos contribuições do Conselheiro da Universidade sobre  
608 alguns aspectos a serem considerados da proposta, nós organizamos alguns tópicos para



609 dar um retorno sobre o que foi questionado, buscando trazer um pouco mais de  
610 informação para instrumentar o nosso debate na data de hoje. Então, nós organizamos  
611 aqui, estão algumas imagens ilustrativas e nós colocamos algumas considerações sobre  
612 os aspectos que foram apontados nesse documento técnico, que foi encaminhado ali com  
613 relação à dimensão técnica, em relação aos pontos que foram abordados pelo  
614 Conselheiro. Então, nós dividimos de certa forma em dois itens, o que foi apresentado  
615 pelo Conselheiro, em termos de estruturação urbana ele coloca duas questões, uma  
616 questão que é com relação ao viário de ligação da Rua Frei Caneca e o acesso à Vila  
617 Caddie. E outra dimensão que nós anotamos algumas contribuições para o debate é com  
618 relação à qualidade do espaço urbano, aí mencionado enquanto qualidade espacial da  
619 Avenida Marechal Andréa. Nós invertemos um pouco os itens só para poder vir, porque em  
620 termos de fração urbana se achou interessante resgatar os testados viários que existiram  
621 para essa área, que é sempre um procedimento que é adotado para poder resgatar o que  
622 teve de traçado, o que fez com que resultasse nessas alternativas viárias que estão ali  
623 demonstradas no projeto, no EVU e na minuta de resolução. Então, com relação à  
624 localização, como está previsto, aqui a gente tem polígono maior, aqui onde fica a  
625 localização do Iguatemi. Vocês conseguem ver o meu mouse, acredito. Esse  
626 entroncamento que está destacado é o entroncamento da proximidade do  
627 projeto/expediente que está sendo debatido. Nós temos a Plínio, a Nilo e a Protásio Alves,  
628 essa conexão da Marechal Andreia entre a Plínio e a Nilo, e outra conexão que acabou  
629 não se realizando, hoje quem faz esse percurso da Nilo até a Protásio tem que fazer  
630 alguns caminhos alternativos, mas esse entroncamento é de certa forma o que seguinte  
631 vai discutir, apesar do projeto estar localizado um pouco mais recuado em relação a esse  
632 entroncamento. A divisão dos lotes na região para também trazer o debate com relação ao  
633 que está sendo proposto de articulação viária e o que existe do parcelamento. No  
634 levantamento, então, buscou-se como era a localização e articulação no mapa topográfico  
635 de 39, 41... Não vou me estender muito para poder passar essa parte um pouco mais  
636 rápido para fazer os apontamentos. Acredito que o mais importante aqui de todo esse  
637 histórico, que demonstra as articulações viárias, é este mapa, onde a gente tem que a  
638 articulação estava sendo prevista até antes da década de 90, como uma ligação em um  
639 ângulo um pouco mais reto. E nessa resolução de 1998 se fez, então, um traçado onde ela  
640 tentava estabelecer essa conexão mais direta, aí sim nós entendemos que dessa forma,  
641 priorizando o trânsito de veículos, e por isso que se dá na alternativa uma solução  
642 intermediária entre esses dois cenários. Então, o cenário que existia anteriormente à  
643 década de 90, que foi consolidado nessa resolução. Tivemos outras resoluções que dão  
644 conta mais da dimensão do gabarito dessa via, como ela foi discutida e aqui, de fato,  
645 sendo colocado como solução viária no EVU e na minuta de resolução. é importante dizer  
646 que os dois estão transitando em paralelo, porque um depende do outro. Então, com  
647 relação a essa articulação que, inicialmente, era prevista muito mais no sentido de dar  
648 continuidade, onde a gente já demonstrou naquele outro mapa, que a partir da Nilo ela fica  
649 comprometida no cenário de hoje. Então, trazendo esse desenho de forma que possa  
650 conectar diretamente com essa via que fica lateral ali nos fundos desse quarteirão. Aqui  
651 imagino que a gente tenha o limite das subunidades, que também estão sendo revisadas  
652 no sentido de estabelecer qual regime urbanístico. Como eu vi que essa questão que não  
653 foi discutida, tem algumas informações sobre o regime, mas eu estou pontuando mais as  
654 questões que foram abordadas nesse despacho, nesse parecer que foi feito pelo  
655 representante da universidade. Então, essa situação aqui, o 01, é a situação de como ela



656 está prevista hoje no sistema viário. E essa segunda situação é a situação proposta atual  
657 nesse processo que está tramitando. Com relação a essa articulação, posicionando ali o  
658 EVU que está sendo discutido com relação ao parcelamento que existe hoje, essa base  
659 que vocês estão vendo aqui em cinza é dos lotes fiscais da Fazenda, é uma base que a  
660 gente utiliza para verificar a estrutura fundiária versus a conexão viária. E aqui, já  
661 colocando esse redesenho, até colocando que foi algo foi alvo de debate na própria  
662 comissão, considerando esse papel da Frei Caneca também, como a área da Marechal  
663 Andréa, uma solução intermediária, que também conectasse na continuidade desse outro  
664 quarteirão, mas evitando aquele desenho que gerava mais área residual, que era esse  
665 original atual hoje do nosso plano. Importante também uma informação que a gente  
666 verificou fazendo levantamento das informações, que não tinha sido ainda presente no  
667 relato da conselheira, que existe já uma solução também com relação à drenagem do  
668 terreno do entorno imediato. Aqui também, como um projeto de extensão de rede já  
669 aprovado, considerando esse traçado. Com relação ao projeto, essa talvez tenha sido a  
670 imagem onde nós achamos mais claro para fazer algumas demonstrações, que talvez não  
671 tenha ficado tão claras na demonstração do projeto. Isso foi bastante discutido na  
672 comissão, liberal o térreo para que não tivesse essa quantidade de estacionamentos que  
673 vocês estão vendo aqui, que estão sendo colocados nos subsolos, foi alvo de discussão,  
674 para que pudesse qualificar o entorno colocando atividades que, de certa forma,  
675 promovam uma animação maior, que são atividades de áreas comuns dos condomínios,  
676 também criando alguns percursos de pedestres, buscando encurtar as distâncias  
677 estabelecidas pela conformação desse quarteirão ali nesse território. Eu também anotei  
678 algumas outras questões aqui, com relação à questão habitacional, que também estava  
679 sendo ponderada, aí a questão – por que esse equipamento? Por que não a solução no  
680 local? Independente, sem julgar o mérito da decisão julgada, a gente entende que devem  
681 ser previstos parâmetros para o caso de realocação de famílias, ali é colocado muito em  
682 questão de segurança da insalubridade. E isso novamente eu vou bater na tecla da  
683 ausência de regulamentação, e prever regras que estabeleçam relações de proximidade  
684 em relação à ocupação original para realocação das famílias. Atualmente o planejamento  
685 não está integrado nessas decisões, idem para os modelos tipos morfológicos, que eu  
686 acredito que o professor colocou muito bem que poderiam ser melhor pensados para  
687 estarem integrados e não precisam de forma em absoluto ser um problema ou gerar  
688 conflito com o entorno do empreendimento. Com relação à praça a gente tem essa  
689 articulação, ela também tem uma possibilidade de conexão com outras áreas que nós  
690 entendemos que ao longo do tempo vão se estruturar, que são áreas ainda em  
691 transformação nessa região. Com relação à confirmação, falando especificamente com  
692 relação à qualidade espacial na Avenida Marechal Andréa, que também foi uma questão  
693 de batida, também pontuada ali. Nós entendemos que, conforme foi exposto no documento  
694 apresentado, a previsão de parâmetros mínimos relacionados ao número de acessos, eles  
695 poderiam contribuir para essa animação pretendida e que poderiam ajudar a superar o que  
696 nós estamos chamando que seria uma herança morfológica, que foi estabelecida pela  
697 origem do parcelamento, porque nós temos ali de certa forma, como estado, temos lotes  
698 talvez em outro tipo de configuração que geraram mais acessos ao longo dos quarteirões,  
699 em algumas partes da via. Então, a gente entende que as métricas que foram citadas em  
700 relação à permeabilidade, com relação à constituição do espaço, elas podem contribuir  
701 para a especificação e regulamentação de padrões de projetos urbanos. Então,  
702 novamente, também, algo que poderia nos instrumentar para a gente poder estabelecer



703 esses procedimentos que pudessem trazer essa qualidade. Hoje a nossa legislação não  
704 tem previsão... (Sinalização de tempo esgotado). Eu vou dar uma finalizada nesse último  
705 item, que é bem importante, que a gente não tem uma previsão na legislação urbanística  
706 vigente que nos permita regulamentar. Eu vejo que é muito citada essa questão, tanto das  
707 fachadas ativas quanto das ruas completas. Então, isso tem que ser também especificado  
708 para que no sistema municipal de gestão a gente possa aplicar. E só colocar que a gente  
709 está trabalhando na tipificação das ruas para poder prever parâmetros adequados e  
710 discutir isso no âmbito da revisão do plano. Eu não sei que eu posso só finalizar, porque  
711 acho que também teve um questionamento com relação o partido proposto e nesse sentido  
712 a gente entende, que daí novamente entra em discussão aquela questão autoral, mas que  
713 a gente também entende que a solução que está sendo pensada de trabalhar com  
714 gabaritos dos quarteirões pode nos ajudar a ter um modelo melhor para discutir os limites  
715 ou o mínimo que essa tipologia deveria obedecer com relação a sua volumetria e sua  
716 relação com os espaços abertos para poder qualificar o entorno. Eu vou finalizar neste  
717 momento, mas me coloco à disposição para os questionamentos, se eu puder esclarecer  
718 qualquer outra questão que tenha ficado. Desculpa porque tomei tempo, mas foi difícil em  
719 tão pouco tempo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheira  
720 Vaneska, por nos trazer o tema novamente para a discussão. Na sequência a gente tem os  
721 relatos de vista, temos 9 inscritos para os relatos de vista. Eu começo com o Conselheiro  
722 da Região de Planejamento 2, o Conselheiro Adroaldo, perguntando se vai fazer relato de  
723 vista do presente expediente. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu gostaria antes de fazer uma proposição,  
724 esse é um processo muito complexo e a cada dia ele está se movimentando. Eu tenho um  
725 relato, não está concluído, mas gostaria de finalizar depois do debate de todos, da  
726 apresentação de todos. É um processo que não dá para a gente discutir apenas com 40  
727 minutos talvez agora, com 30 minutos. Então, ou eu fico para um próximo momento para  
728 fazer este relato, eu posso comentar algumas coisas que eu acho importante que a gente  
729 tenha que debater em conjunto. Não é só aprovar este processo, a Prefeitura tem que  
730 dizer para a gente, principalmente para o Conselho e para a comunidade, como que vai  
731 trabalhar junto àquela comunidade lá na remoção e organizar dela. Seria  
732 irresponsabilidade do Conselho aprovar um processo desta importância apenas em 30, 40  
733 minutos. Então, a minha proposta é esta, tenho o material, não está concluído e a cada dia  
734 e movimenta o processo. E tem alguns pontos que eu gostaria, se o senhor me der espaço  
735 eu até falo agora. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, Conselheiro, pode fazer uso dos  
736 seus 10 minutos, depois trazer por escrito o seu relato, como prevê o regimento interno.  
737 Na sequência a gente vai abrir para os demais conselheiros inscritos. Se não vencermos o  
738 assunto na data de hoje a gente vai parar naquele relato e na próxima reunião a partir dos  
739 relatos dos demais conselheiros inscritos, depois colocaremos em discussão, que  
740 novamente o senhor vai ter oportunidade, após os demais relatos, de fazer o seu  
741 julgamento com relação ao posicionamento do processo. Tem uma Questão de Ordem do  
742 Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Uma das situações tu já me esclareceste, eu estava preocupado  
743 com o tempo, mas eu estou entendendo que se nós não terminarmos a gente vamos  
744 continuar a conversar na próxima reunião. Com certeza não vamos esgotar esse assunto  
745 hoje. A outra coisa que eu queria sugerir, assim, como a Vaneska falou, porque recebeu  
746  
747  
748  
749



750 um parecer por escrito, hoje a gente começou a receber alguns outros, eu acho  
751 interessante a Vaneska fazer o que fez com este parecer e depois de todos esses relatos  
752 de vista, se tiver esclarecimentos, que fizesse no final. Eu sei que o relator tem a vez no  
753 final, mas não só como o relatório, mas como uma questão de esclarecimentos das  
754 questões que possam surgir. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**  
755 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro  
756 Saffer. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**  
757 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem é no  
758 sentido assim, eu achei, não sei, talvez esteja errado na minha ponderação, mas eu acho  
759 que determinadas considerações sem pedido de vista deve ser colocado no debate e não  
760 alterar todo um processo de vista que já tramitava. E aí se acha maneira de colocar  
761 algumas indagações, quando poderia ter colado no debate. Isso causa um prejuízo a quem  
762 fez uma análise, tanto humana e sociológica da comunidade que vive ali. Em nenhum  
763 momento nesse processo a gente vê uma preocupação com as famílias, com a Vila  
764 Caddie. É sempre o tráfego, a mobilidade urbana, e a mobilidade humana? E o  
765 pertencimento dessas famílias no local? Onde é avaliado? Quando será avaliado? Então,  
766 a minha Questão de Ordem é que não se permita mais considerações a não ser no debate,  
767 porque isso é alterar todo o processo de discussão e de pareceres de vista já elaborados.  
768 Eu quero relatar o meu parecer de vista hoje. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**  
769 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,  
770 Conselheiro, com razão. É importante dizer que o relato de vista tem previsão, é  
771 regimental, tem que trazer por escrito e a gente, de qualquer forma, vai dar a palavra ao  
772 Conselheiro Adroaldo para fazer a manifestação dele e depois seguimos para os demais  
773 relatos de vista e dando sequência ao debate. Conselheiro Darci, só uma Questão de  
774 Ordem. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**  
775 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu tenho aula às 8:30, eu tenho medo que esta  
776 reunião aqui se prolongue até muito próximo das 8:30. E como todo mundo sabe, para  
777 poder dar aula por 1 hora e meia durante a noite, a gente precisa de uns minutinhos com a  
778 cabeça um pouquinho mais arejada, tomar uma aguinha para poder ir para a aula. Então,  
779 eu pediria, se fosse possível, que o primeiro relato de vista fosse o meu. **Germano**  
780 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**  
781 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Se não houver oposição dos demais conselheiros há  
782 possibilidade da gente inverter o relato de vista. Só vou deixar o Conselheiro Adroaldo  
783 concluir, que iniciou. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Rafael. Não estamos  
784 ouvindo. Então, escreve no chat. Nesse sentido, Conselheiro Adroaldo, naturalmente, o  
785 regimento prevê que o relato de vista seja por escrito, mas peço para lhe dar a palavra e  
786 concluir, que o senhor não trouxe por escrito para fazer a sua manifestação. **Adroaldo**  
787 **Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Eu  
788 quis dizer, Presidente, o seguinte, eu não vou fazer o relato de vista agora, seria fazer  
789 algumas considerações. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**  
790 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O debate, então. **Adroaldo**  
791 **Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** O  
792 relato não está concluído, eu não posso neste momento colocar como concluído. Seria  
793 importante ceder o espaço ao Conselheiro Campani, depois o Conselheiro Felisberto, que  
794 acredito que nós não vamos encerrar hoje esse debate. Se o senhor quer ouvir o que eu  
795 tenho a dizer não tem problema. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**  
796 **de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos deixar para o



797 debate, então, e aí a gente ouve o relato de vista do Conselheiro Darci. **Darci Barnech**  
798 **Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**  
799 **ABES/RS:** Eu faço o relato transcrevendo o art. 44 do Plano Diretor da Cidade de Porto  
800 Alegre, Lei nº 646/2010. Esse artigo está no capítulo dos mecanismos de participação na  
801 gestão, informação e da avaliação. O art. 44 tem a seguinte redação do seu *caput*: “Além  
802 da participação global da comunidade na gestão do planejamento urbano, a qual se dará  
803 por meio do CMDUA...” Ou seja, nós do CMDUA neste *caput* somos tratados como  
804 participação global da comunidade. Então, além desta participação fica assegurada a  
805 participação comunitária em nível regional e local. Essa redação foi dada na Lei  
806 Complementar nº 646, de 20 de julho de 2010. Então, já não é lá da redação original, já é,  
807 inclusive, de alteração feita em 2010. Para garantir a gestão democrática da cidade, que  
808 saliento em negrito que é para garantir a gestão, aqui não diz que a gestão democrática é  
809 algo que talvez ou quem sabe, né, vamos pensar se a gente vai fazer ou não. É para  
810 garantir a gestão democrática da cidade, deverão... É “deverão” e não “poderão”, deverão  
811 ser utilizados entre outros os seguintes instrumentos: “representação em órgãos  
812 colegiados da política urbana, divulgação de informações de empreendimentos e  
813 atividades”. E no seu Inciso III debates, consultas e audiências públicas. Esse inciso  
814 inteiro foi também incluído em 2010 na Lei Complementar nº 646. Tem o Inciso IV, que é a  
815 questão das conferências municipais, que não é o caso aqui. E inciso V, iniciativa popular,  
816 projeto de lei que também não é o caso aqui. no § 2º, para projetos especiais de impacto  
817 urbano fica assegurado o referido no art. 2º, que seria a divulgação de informações, mas  
818 também não é o caso aqui, mas no seu no seu § 3º - Os instrumentos previstos no Inciso  
819 III; que é aquele lá de debates consultas e audiências públicas do art. 1º, deste artigo  
820 serão utilizados. A palavra é “serão utilizados”, não é “poderão ser utilizados”. Está escrito  
821 “serão utilizados nos projetos especiais de impacto urbano de segundo e terceiro grau”.  
822 Pelo que eu saiba este é de segundo grau. Isso é a transcrição literal, com a minha  
823 acentuação, com os meus comentários, mas é a transcrição literal da lei do Plano Diretor  
824 de Porto Alegre. Agora vêm os meus comentários. O Plano Diretor de Desenvolvimento  
825 Urbano e Ambiental, assim como o Estatuto das Cidades tem um componente legal muito  
826 claro quanto à opção por uma visão participativa da gestão dos processos e decisões.  
827 Aliás, a legislação é inovadora, pois não aponta somente a participação. Isso é uma  
828 análise que eu faço, porque é uma das aulas que eu dou aos meus alunos lá, quando eu  
829 falo na evolução do processo legislativo brasileiro, quando analiso a política nacional de  
830 meio ambiente, que é 81, depois analiso a política de saúde, que é de 90, depois a política  
831 de recursos hídricos, a política do Estatuto da Cidade, a política de saneamento básico e a  
832 política de resíduos sólidos, a legislação brasileira é clara, ela sofreu ou recebeu uma  
833 evolução claríssima na questão da discussão da participação. Então, eu estou dizendo  
834 que a legislação é inovadora, pois não aponta somente a participação, mas sim aponta  
835 claramente o controle social da gestão. E é isso que tem nessa avaliação que eu faço com  
836 os meus alunos em aula. Exatamente é uma coisa que fica claríssima, a lei de 81 não fala  
837 em controle social, já as leis a partir de 1990 começam a falar em controle social, quando  
838 no seu artigo 4º, do Estatuto da Cidade, lista os instrumentos a serem utilizados, que  
839 poderão ser utilizados, a serem utilizados na gestão urbana. E dentro deste art. 4º, no § 3º,  
840 aponta o controle social. Então, está aí a inovação que traz o estatuto das cidades e já as  
841 outras legislações como a política nacional de saneamento, a política nacional de resíduos  
842 sólidos, todos eles repetem a palavra “controle social” e incluem o controle social como um  
843 dos instrumentos da política nacional no seu tema lá. Ainda no art. 42 do Estatuto da



844 Cidade, determina que o Plano Diretor tem que conter, e aí vem os incisos que têm que  
845 conter, no Inciso III o sistema de acompanhamento e controle. O controle social passa a  
846 ser uma coisa que está na legislação brasileira, não mais como uma opção, como um  
847 “pudesse”, como “poderia”, está como “tem que ter o sistema de controle”. No caso em  
848 tela, a aplicação do art. 44 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental deixa  
849 claro que nós CMDUA devemos ser os guardiões da garantia de que o processo  
850 participativo seja assegurado. Essa palavra “assegurado” eu botei em negrito, porque é a  
851 palavra que está lá, nós temos que assegurar, a lei determina que nós temos que  
852 assegurar o processo participativo. Sendo que em seu § 3º deixa claro que serão  
853 utilizados, “serão utilizados” eu coloquei em negrito e ainda aumentei o tamanho do tipo  
854 para destacar bem que serão utilizados, quando a gente diz que “serão” é uma obrigação,  
855 não é “poderão ser utilizados”, “serão utilizados os instrumentos previstos no Inciso III de  
856 debate, consulta ou audiência”. Logicamente, com a comunidade local, isso a gente tem  
857 que botar lá no *caput*, porque o *caput* diz que existe o Conselho do Plano Diretor, que é  
858 unidade geral e os incisos e parágrafos que vêm após é para a comunidade local, como  
859 aponta o *caput* do art. 44, pois este mesmo assegura tal participação. A palavra “assegura”  
860 está lá escrita. E para a palavra “assegurar” não cabe interpretação ou tergiversação.  
861 Senhores Conselheiros, pelo grau de influência que o projeto representa para a população  
862 local, sobre parecer que a medida correta é a da audiência pública, pois que, inclusive,  
863 resguarda as autoridades públicas envolvidas de maior respaldo legal. Meu parecer é que  
864 a lei é clara, não tem tergiversação, desde o seu *caput* do art. 44, que assegura a  
865 participação da comunidade local no processo de discussão e no seu § 3º, Inciso III. A  
866 única coisa que caberia a nós enquanto Conselho seria escolher um dos três elementos  
867 que tem ali: debates, reuniões ou audiência pública. Pela seriedade, e acho que algumas  
868 conversas estão tendo aqui no chat, pelo envolvimento que tem da população que ali mora  
869 e que parece que essa população não entrou assim, a gente vê aquele monte de  
870 ruazinhas que passam para cá, ruazinha que passa para lá e não entra a avaliação das  
871 pessoas que estão ali. A lei diz que essas pessoas têm garantido o direito, assegura, a  
872 palavra que está lá é “assegura a participação”. A única coisa que a gente pode dizer é  
873 que a gente vai fazer um debate com a comunidade. São três categorias, a segunda me  
874 esqueci, ou audiência pública. Particularmente, eu estou aqui como autoridade pública, o  
875 Conselho, membro de conselho é autoridade pública. Nós temos responsabilidades civis  
876 naquilo que a gente vota aqui, e, infelizmente, o processo que veio da Prefeitura, veio  
877 muito mal embasado, sem conteúdo, sem aquilo que o que realmente foi perguntado não  
878 foi respondido. Nós quando votamos temos responsabilidade sobre o que a gente está  
879 votando. A lei é clara, não tem que tergiversar. A população tem direito a uma audiência  
880 pública, se não quiser fazer audiência pública pelo menos que se atenda um dos três itens  
881 ali do inciso III. Isso aí não tenho a mínima dúvida que nós guardiões do Plano Diretor que  
882 somos enquanto eleitos pelas comunidades, pelas nossas entidades, nós aqui não  
883 poderíamos votar qualquer coisa sem que antes o inciso III do art. 42 da lei do Plano  
884 Diretor fosse respeitado. Este Conselho tem que assumir e este Conselho como guardião  
885 do Plano Diretor tem que através do seu Secretário, através do seu Presidente organizar  
886 essa audiência pública. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal  
887 de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado pela sua  
888 manifestação, Conselheiro Darci, relato de vista, seu posicionamento enquanto  
889 representante de entidade eleita aqui no Conselho do Plano. Na sequência a gente tem o  
890 Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**



891 **Planejamento Um – RGP. 1:** Eu vou começar a leitura dele: “Parecer de Vista RGP 1,  
892 Expediente 002.313524.00.1, SEI 19.0.000066828-4, SEI 20.0.000072030-6, objeto: EVU  
893 de parcelamento com edificação, cumulada com alteração de diretrizes e gravames. A  
894 presente análise terá como foco a oportunidade da proposta urbanística apresentada pelo  
895 interessado e na dita solução para a situação das famílias da Vila Caddie. Inicialmente,  
896 quer nos parecer, salvo melhor juízo, e a *máxima vênia*, que a comunidade foi excluída de  
897 qualquer discussão, quer no MP, quer no processo de ação civil pública. E nesse processo  
898 está sendo excluída mais uma vez, conforme podemos observar nesse expediente. Antes  
899 de entrarmos no enfoque essa exclusão, reproduzo abaixo o seguinte”. Eu vou fazer a  
900 leitura de um trabalho que foi feito pela UNISINOS, viabilizando o assentamento das  
901 famílias. Então, começo a leitura: “O clube de golfe tem uma influência importante na  
902 rotina dos moradores. O pequeno negócio que a ‘dona A.’ exerce em sua casa fica  
903 fechado na segunda-feira, esse é o único dia que o Country Club não funciona. Logo, é  
904 considerado dia de folga na comunidade. Além disso, muitos *caddies* e crianças residentes  
905 da Vila Caddie são também golfistas. Isso é um aspecto interessante, a simbiose que se  
906 dá entre o clube ali de um nível alto com uma comunidade considerada baixa. Eles,  
907 frequentemente, são presenteados com equipamentos desportivos pelos sócios do clube.  
908 ‘Dona A.’ ainda ressaltou que o clube cedeu para alguns dos moradores sua fossa  
909 sanitária, assim diminuiu gradativamente o problema do escoamento de dejetos na  
910 comunidade. O fornecimento de água e energia elétrica para a Vila Caddie é totalmente  
911 improvisada, a energia elétrica que chega na casa das pessoas é bastante irregular.  
912 Durante a entrevista com ‘Dona A.’ a luminosidade emitida por uma lâmpada em sua casa  
913 variava em intensidade. Também é frequente que os eletrodomésticos dos moradores  
914 queime. ‘Dona A.’ já tentou repetidamente conseguir um fornecimento adequado de água e  
915 energia perante os órgãos públicos, mas não obteve sucesso. Isso é paradoxal e  
916 proposital para inviabilizar a permanência das famílias ali. Este é outro tema que este  
917 Conselho tem que se debruçar. Segundo ‘Dona A.’ os moradores da comunidade  
918 apresentam (Inaudível/interferência no áudio) de colaboração entre si, muitos possuem  
919 laços de parentesco e em algum caso de emergência todos buscam ajudar. Se alguém  
920 precisa pegar um táxi para ir para o hospital todos contribuem, se alguém fica doente  
921 todos vem visitar a pessoa e pergunta se pode ajudar em algo. Entretanto, essa  
922 mobilização e companheirismo não acontece quando a ‘Dona A.’ busca ajuda e ações que  
923 poderiam melhorar a qualidade de vida dos moradores. A Vila Caddie não possui nenhuma  
924 organização social dos moradores. ‘Dona A.’relata que já tentou organizar algo  
925 semelhante, ela pediu ajuda aos moradores quando se direcionava à Companhia Estadual  
926 de Energia Elétrica – CEEE ou ao Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE,  
927 mas todos mantiveram comportamento desacreditado. Todos trabalham muito e estão  
928 cansados, não vão. Então, eu fiz esse relato para introduzir como que essa comunidade,  
929 além de ser excluída, os grandes projetos oprimem essa comunidade, que tem uma  
930 história nessa região. Continuando: Consoante pesquisa efetuada nas redes, encontramos  
931 cinco informações sobre a formação do núcleo urbano, denominado Vila Caddie, a qual  
932 teria sido constituída há mais de 100 anos, a partir da demanda de trabalho no country,  
933 lugar que dá nome à comunidade por serem os primeiros moradores *caddies*, em inglês,  
934 que seriam as pessoas responsáveis por carregar os tacos dos jogadores. Antigamente, a  
935 região onde a Vila Caddie está inserida era periférica em relação ao resto da cidade.  
936 Assim, com a qualificação da região, acabou se tornando uma zona central e de alto poder  
937 aquisitivo, fatores que resultam em edifícios de grande altura e auto tráfego de veículos



938 nas principais vias. A vila fica inserida em uma região nobre da capital gaúcha, no Bairro  
939 Boa Vista, pelo da divida com o Bairro Três Figueiras. As diferenças socioeconômicas  
940 entre os habitantes da comunidade e seu entorno são marcantes, segundo os dados da  
941 Prefeitura de Porto Alegre e do IBGE, censo de 2010 Porto Alegre 2015, o rendimento  
942 médio dos responsáveis por domicílio do Bairro da Boa Vista é de 11,99 salários mínimos.  
943 Já no Bairro Três Figueiras é de 17,67 salários mínimos. Não foram encontrados dados  
944 específicos sobre a renda dos habitantes da Vila Caddie. Contudo, empiricamente,  
945 observa-se que o número encontra-se bem abaixo da média geral desses bairros. Nas  
946 redondezas também se encontra outras comunidades de baixa renda, a poucos metros de  
947 distância, dentro do Bairro Três Figueiras encontra-se o Quilombo da Família Silva, o  
948 primeiro Quilombo legalizado no país, que abriu precedente para quilombos nacionais. E  
949 Vila Resvalo, figura 16, é do trabalho da universidade. Diversos estudos focados na  
950 formação do Quilombo da Família Silva descreve que os habitantes dessas três  
951 comunidades vizinhas compartilham características em comum. Esse é um dado  
952 fundamental, de pertencimento da comunidade, os frequentadores mais assíduos por parte  
953 da Família Silva são moradores das duas únicas comunidades de ocupação informal do  
954 seu entorno, a Vila Caddie e a Vila Resvalo, quais compartilham características comuns  
955 quanto à situação socioeconômica e cultural, bem como, laços de parentesco, compadrio,  
956 lazer e trabalho, mesmo que mantenham diferenças morfológicas e sociais diversas.  
957 Então, eu fiz essa introdução para agora discorrer sobre a Vila Caddie e a importância  
958 comunidade no tecido urbano, no desenho urbano desta cidade. Na verdade, fala-se tanto  
959 em desenho, tanto em cidades e esquecem dos moradores que lá estão há anos. Como  
960 pode-se ver a comunidade está inserida há mais de 100 anos no atual local, bem como,  
961 com relação ao Country Club. O crescimento da cidade acabou atingindo a comunidade  
962 sem incluir os benefícios do desenvolvimento urbano, quer social, cultural e econômico. Ao  
963 contrário de serem incluídas, está sendo ameaçada de expulsão da área, como  
964 recompensa, e aí é uma ironia, sendo oferecida a “compra assistida” e/ou “bônus moradia”  
965 como alternativa. Isso não é alternativa, isso é tirar as pessoas e não reconhecer os  
966 direitos que ela tem. Se a área for pública, o que não está bem claro aqui se a área é  
967 pública, a comunidade estaria abrindo da concessão do direito real de uso. Em nenhum  
968 momento foi defendido, nem no processo, faça-se justiça, na contestação da Prefeitura  
969 defenderam isso, defenderam o direito da comunidade e que não foi aceito pela justiça a  
970 esclarecer. Então, estão pedindo que esclareça isso. Por outro lado, se a área for privada,  
971 que também não está claro, cabe às famílias o direito ao usucapião extraordinário ou  
972 urbano, tendo em vista a prescrição aquisitiva. É um direito que elas adquirem pelo tempo  
973 que elas estão lá em cima. Então, chama-se “prescrição aquisitiva”, que não foi levado em  
974 consideração em nenhum momento, conforme determina os artigos 1238 e 1242 do CPC,  
975 o usucapião urbano artigos 182 e 183 da Constituição Federal, quer no processo judicial,  
976 quer no MP. Também é importante levarmos em conta a questão do quilombo urbano, pois  
977 haveria relatos de relações de pertencimento ao Quilômetro Silva, quer por vínculo de  
978 parentesco, compadrio e etc., podendo a comunidade permanecer no local em um  
979 processo de inclusão social, cultural e econômico. E aí eu desafio os técnicos, tanto do  
980 DEMHAB, como da Prefeitura, a criar alternativas, um projeto que inclua e não de exclusão  
981 pelo lado mais simples. Então, tal circunstancia deveria ter sido analisada no processo  
982 judicial e no MP, porém isso não foi analisado, optando simplesmente pelo  
983 reassentamento das famílias sem levar em conta o seu pertencimento na comunidade e no  
984 local. Sendo assim entendo que tal situação deveria ser remetida à espera federal, pois se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

985 trata de quilombo urbano, aspectos jurídicos relevantes a esclarecer. Eu peço para  
986 esclarecer, é uma opinião minha que estou colocando aqui. Dessa forma, solicito que esse  
987 processo seja remetido à PGM para que avalie essas abordagens, bem como se não cabe  
988 ação rescisória da ação civil pública, que é um dos argumentos para reassentar as  
989 famílias, dizendo que perderam a ação. Não, cabe ação, senão cabe ação rescisória e se  
990 discute o mérito da ação, ação decisória da ação civil pública, tendo em vista que a  
991 decisão transitou em julgado em 2020. Para entrar com a ação rescisória são necessários  
992 dois anos. Então, ainda está no prazo. Entendo também que o DEMHAB deve esclarecer  
993 quando foi feito o cadastramento das famílias, bem como estão as tratativas de compra  
994 assistida e o bônus moradia com o interessado, se houve a participação da comunidade. E  
995 por que não um projeto de inclusão da Vila Caddie no local, tendo em vista que há  
996 recursos gravados no OP nos anos de 1999 e 2001? Para finalizar, desculpe a veemência,  
997 desculpe todo o meu tom de voz, mas é necessário para defender essa comunidade e o  
998 direito dessas pessoas. Dessa forma, o Conselheiro da RGP 1, Felisberto Seabra Luisi,  
999 solicita que seja o presente expediente encaminhado à PGM para aprofundada análise do  
1000 caso e ao DEMHAB para que informe quando foi feito o cadastramento das famílias da Vila  
1001 Caddie, bem como, informe as tratativas com o interessado para a compra assistida e/o  
1002 bônus moradia e se há ou houve a participação da comunidade, e o porquê não o  
1003 processo de inclusão da Vila Caddie no local, tendo em vista que há recursos gravados no  
1004 OP nos anos de 1999 e 2001. E aí já demonstra que eles estavam na área há mais de 20  
1005 anos. Então, 99 a 2021 são passados 21 anos, ou melhor, 22 anos. Então, está mais do  
1006 que garantido o direito ao usucapião, se for área privada e recursos gravados no OP no  
1007 ano de 99 e 2001, para posterior posicionamento e análise desse EVU neste Conselho. é o  
1008 parecer de vista. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2021. Felisberto Seabra Luisi,  
1009 Conselheiro Titular da RGP 1. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**  
1010 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,  
1011 Conselheiro Felisberto, pelo relato de vista, a manifestação. Bom, são 20h02min já. Em  
1012 função do avanço da hora a gente segue na próxima reunião com os relatos de vista e  
1013 colocamos em discussão e votação o presente expediente. Obrigado mais uma vez pela  
1014 noite, pelas discussões. Lembrando que o debate é sempre salutar, as manifestações  
1015 diversas enriquecem o processo, temos visões distintas de cidade, posições diversas aí,  
1016 mas é essa discussão que enriquece todo o processo. Um abraço, boa noite. **(Encerram-se**  
1017 **os trabalhos da plenária às 20h03min).**

1018  
1019  
1020  
1021  
1022

1023

---

1024 **Germano Bremm**  
1025 **Presidente**

---

**Secretária Executiva**  
**Relatora**

1026

1027 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:**

1028



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

1029

1030

1031